



Para uma sistematização genealógica das camadas de significado da ‘cebola de significância’: a perspectiva do falante

Selmo Ribeiro Figueiredo Junior

Universidade Federal do Paraná, Rua General Carneiro, 460, 80060-150, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: selmojunior@gmail.com

RESUMO. Considerando a perspectiva do ouvinte na comunicação, Dascal (2006) apresenta seu modelo da ‘cebola de significância’ (CS) como visão acerca do significado de uma locução, concebendo-o como um conjunto de diferentes camadas. Neste trabalho, proporemos abordar a CS pela perspectiva do ‘falante’ (CSF) e adicionalmente sistematizá-la. A sistematização consistirá em identificar os elementos da locução sob um ordenamento hierárquico, cuja sequência proposta é (entre parênteses, os elementos contingentes da CSF): pressuposições pragmáticas; razão da locução; conteúdo proposicional da sentença; (informação conscientemente não intencional); (componente emotivo de significado); interferência do registro conversacional; condições de felicidade do ato de fala; força perlocucionária; (implicatura conversacional); modalidade; força ilocucionária; caráter nêustico da locução. A discussão que faremos, dedutivamente orientada, procura justificar as razões dessa elaboração.

Palavras-chave: pragmática, locução, estrutura.

For a genealogical systematization of layers of meaning of the onion model of utterance-meaning: the speaker’s perspective

ABSTRACT. Considering the hearer’s perspective in the communication, Dascal (2006) presents his Onion Model (OM) as conception about the utterance-meaning, taking it as a set of different layers. In this paper, the proposal will be approach the OM through the speaker’s perspective (OMS) and additionally systematize it. The systematization will consist to identify the elements of the utterance under a hierarchical order, whose sequence proposed is (the contingent elements are in parentheses): pragmatic presuppositions; reason of utterance; propositional content of the sentence; (unconscious information); (emotional component of meaning); interference from the conversational record; felicity conditions of the speech act; perlocutionary force; (conversational implicature); modality; illocutionary force; neustic character of the utterance. The discussion that will be offer is deductively oriented and search for justify the arguments this formulation.

Keywords: pragmatics, utterance, structure.

Introdução

Dascal (2006), considerando a perspectiva do ouvinte na comunicação, apresenta o modelo da ‘cebola de significância’ (CS) enquanto visão do significado da locução, constituído por diferentes camadas.

A proposta que vamos apresentar consiste em abordar a CS do ponto de vista do falante, propondo adicionalmente sistematizá-la. A proposta de sistematização procura identificar as relações hierárquicas entre os estratos de significado e fornecer a estrutura da CS pela perspectiva citada.

Dividimos o trabalho em três partes mais as considerações finais. De maneira pontual, a primeira expõe preliminarmente as noções teóricas (acompanhadas por exemplos) com que Dascal opera para caracterizar seu modelo de CS. A segunda

traz o modelo de CS de Dascal. A terceira apresenta a nossa proposta.

Noções teóricas: exposição preliminar¹

Nesta seção, veremos pontualmente algumas das noções com que lidaremos neste artigo.

‘Conteúdo proposicional’. Seja uma ordem como:

(1) ‘Você vai me devolver a bola!’

cujo conteúdo proposicional é:

(1a) ‘você me devolverá a bola’.

A diferença fundamental entre (1) e (1a) é que a primeira apresenta uma ‘força ilocucionária’² (uma

¹Para a concepção desta seção (e dos exemplos nas outras seções), nos baseamos na sugestão de um parecerista anônimo, a quem agradecemos.

²‘Força ilocucionária’ — bem como ‘força perlocucionária’ e ‘condições de felicidade’ de que trataremos mais a frente — advém originalmente da teoria de atos de fala proposta por Austin (1975). Acerca da maneira pela qual distinguimos força ilocucionária de conteúdo proposicional, veja por exemplo Searle (2000, p. 127), que utiliza a notação F(p) para referir a força ilocucionária

ordem, mas que podia ser um pedido, uma declaração, uma pergunta etc.), enquanto a segunda está dela despidida.

A 'razão da elocução' diz respeito ou ao tópico conversacional (com seu quadro de relevâncias associado), ou à sua motivação subjacente, podendo esta ocasionar aquele. Com a elocução (1) como exemplo, digamos que a razão que a motivou seja indicada por:

(1b) 'você tomou de mim a bola mas a quero agora'.

O 'caráter nêustico da elocução'³ refere-se ao grau de compromisso do falante com aquilo que diz. Se o falante dá mostras de que está ou não falando sério; se, em que medida, se compromete com a 'verdade' do que diz. Para ilustrar: ao produzir uma elocução como (1), o falante pode 'dar a entender', com feições controversas à força ilocucionária, que não está falando sério. Esse é um exemplo de caráter nêustico da elocução.

A 'implicatura conversacional'⁴ é um significado indireto que um falante pretende transmitir ao ouvinte por julgar esse significado necessário ao que ele quer comunicar (diz-se: dizer 'p' para comunicar 'q'). Seja 'p':

(2) 'Tá escuro aqui, né?'

E 'q' como:

(2') 'Acenda a luz(?)'

Em termos pragmáticos, (2') implica o significado do falante e (2), o elocucional (quando interpretado num contexto) ou sentencial (significado literal).

A 'informação conscientemente não intencional', ou seja, não intencionada de modo consciente, pode ser aquela que advém por um ato falho (também chamado parapraxia)⁵, por exemplo. O lapso de língua — caracterizado por uma interferência inconsciente no que se diz — é um espécime de fenômeno que implica uma informação conscientemente não intencional. Seja:

(3) 'Bela obra, escrita por Carlos Almeida', em que a interferência inconsciente é expressa pelo nome próprio enunciado, que é do falante, falante que deveria ter dito não o seu, mas o nome do escritor da obra aludida.

A 'interferência do registro conversacional' é respeitante à informalidade, intimidade, formalidade

etc. como modo pelo qual o falante se expressa. A escolha de um registro conversacional se revela basicamente pelos itens lexicais ou arranjos sintáticos particulares. O caso (2), por exemplo, ao conter uma forma afereseada de 'Está' e uma forma contrata de 'não é?', pode ser tomado como recebendo interferência do registro conversacional informal.

O 'componente emotivo de significado' é uma categoria que Stevenson (1944, apud DASCAL 2006) opõe ao que ele chama significado cognitivo. O primeiro é francamente subjetivo, o segundo é relativo a fatos objetivos.

Por exemplo, as 'pseudodiscordâncias' descritas por Stevenson parecem envolver discordâncias relativas a fatos (ou seja, significados cognitivos), ao passo que, na verdade, são discordâncias de atitude (ou seja, significado emotivo):

A: John é confiável. Ele não muda de idéia a cada dia.

B: Não, John é teimoso. É difícil convencê-lo a mudar de idéia (DASCAL, 2006, p. 333).

Fica patente que a informação veiculada por A e a informação veiculada por B 'essencialmente' não divergem, e dificilmente o falante B, caso tivesse um domínio plenamente refletido do seu dizer, diria praticamente o mesmo do que A.

Uma 'pressuposição semântica' é uma proposição que tem uma relação de implicação com outra, é uma proposição A_1 que uma proposição A implica, sendo que a negação de A — $\sim A$ — não nega A_1 — A_1 .⁶ Exemplo:

(4) $\sim A$ = 'Não é verdade que a Teka bateu na filha', cuja pressuposição

(4a) A_1 = 'Teka tem uma filha' não se afeta com a negação.

A 'modalidade' se refere à atitude do falante (expressa na sentença) que afeta a natureza da relação estabelecida entre os constituintes (por exemplo, entre o predicado e o sujeito). Seja:

(5) 'Certamente, o porteiro será demitido',

em que a modalização exercida por 'Certamente' confere uma expectativa, uma suspeita ou uma possibilidade quanto à relação que o falante estabelece entre o predicado e o sujeito.

As 'condições de felicidade' (ou de satisfação) do ato de fala são aquelas que vão determinar ou a legitimidade, ou a ilegitimidade da procedência acional pretendida pelo ato na situação de elocução. Para que o ato de fala

(6) 'Saia do campo de defesa e fique no ataque',

seja reconhecido como legítimo, uma das condições a serem satisfeitas é que o falante precisa

— F — e o conteúdo proposicional — p — implicado, podendo haver diferentes F para um mesmo p.

³'Nêustico' é um conceito (assim como o 'trópico' que será mencionado na seção seguinte) de Hare (1971).

⁴A 'implicatura conversacional' é uma noção originalmente proposta por Grice (1982). Voltaremos a ela para explicitar detalhes que a definem.

⁵Dascal (2006, p. 326), quando discute seu modelo da cebola de significância, alude a essa informação conscientemente não intencional sem mencionar o postulado teórico que tem como pressuposto, mas é compatível pensá-la guardando relações com o quadro psicanalítico, a exemplo do uso que faz deste a propósito de uma análise psicopragmática e sociopragmática do sonho e do chiste freudianos (ver DASCAL, 2006). Sobre os atos falhos (de diferentes classes), veja especialmente Freud (1996).

⁶Para outros pontos relativos à pressuposição semântica, não relevantes aqui, veja por exemplo Kempson (1980, p. 142-148).

estar investido com a autoridade e o poder próprios de quem faz tal ordem, no caso, um técnico de futebol, por exemplo.

A ‘força perlocucionária’ é a que se relaciona aos efeitos ou consequências atitudinais esperados sobre o ouvinte. Como (6) sugere, espera-se que efetivamente o jogador saia do campo de defesa e fique em posição de ataque.

CS de Dascal

Esta seção apresenta o modelo da ‘cebola de significância’ (CS) de Dascal (2006), que se refere às camadas e subcamadas de significados que uma elocução pode envolver⁷.

As camadas da CS para o autor são: o conteúdo proposicional da sentença; a razão da elocução; a força ilocucionária; o caráter nêustico da elocução; a eventual mensagem indireta (como uma implicatura conversacional); a informação conscientemente nãointencional do falante extraível a partir da sua elocução; a interferência do registro conversacional; o componente emotivo de significado; as pressuposições semânticas; a modalidade; as condições de felicidade do ato de fala; a força perlocucionária.

Quando com alguma relação com o conteúdo proposicional, as camadas seriam mais internas; quando disserem respeito à eventual mensagem indireta ou ao domínio pragmático da conversação, elas seriam mais externas (tal como aquela que implicar o componente emotivo de significado) (DASCAL, 2006, p. 326, 333).

Algumas ressalvas são feitas pelo autor. O conjunto de fatores ligados aos níveis da cebola seria, de certo modo, aberto; a camada relativa à informação conscientemente não intencional parece não poder ser localizada especificamente na estrutura da cebola. Ainda, não se tem claro se as condições de felicidade do ato de fala se associam à camada da força ilocucionária ou se elas comporiam uma camada diferente, bem como se a força perlocucionária seria uma camada ou uma subcamada de alguma outra camada (DASCAL, 2006, p. 155, 166, 326).

Quanto à modalidade, além das indicações respeitantes a ela dadas na seção anterior, acrescenta-se que Dascal diz que ela pode se aplicar ou sobre o significado da sentença, ou sobre o caráter ‘trópico’ da elocução (se imperativo, ou indicativo, ou interrogativo etc.), ou sobre o caráter nêustico da elocução, e a camada da modalidade incluiria uma ‘modalidade epistêmica’ (ou ‘atitude epistêmica’)

(DASCAL, 2006, p. 152, 154, 155). Tendo em conta o que dissemos antes, na seção seguinte será um pressuposto teórico tomar a modalidade como aplicada ao significado da sentença.

Aludimos na seção anterior que a implicatura conversacional é uma mensagem implicitamente comunicada e essencialmente ligada ao contexto de produção da elocução. Dando maiores detalhes, ela se relaciona mais ao ‘dizer’ o dito (dito é ref. ao significado padrão da sentença) do que ao dito. De modo geral, ela é gerada quando se viola (aparentemente) uma ou mais máximas conversacionais griceanas. As máximas conversacionais são categorizadas sob as rubricas da Qualidade, da Quantidade, da Relação e do Modo. Sumariamente, a primeira se refere à expectativa de se dizer a verdade na elocução, e que seja possível sustentá-la; a segunda diz respeito à quantidade de informação veiculada, que é esperada não como insuficiente, nem como excessiva; a terceira concerne à expectativa de contribuição relevante ao diálogo; por fim, a quarta categoria se desdobra em máximas ligadas ao ‘como’ se diz o dito, no sentido de que seja tão claro, ordenado e breve quanto possível. Sendo seguidas ou respeitadas, essas máximas prototipicamente produzirão resultados de acordo com o Princípio de Cooperação (PC), que é um princípio tacitamente pressuposto num diálogo, segundo o qual os participantes farão esforços cooperativos pertinentes na troca verbal e reconhecerão uma direção ou propósito comum para ela. Isso dito, para que uma implicatura conversacional propriamente seja gerada, é condição necessária e suficiente que, ao se dizer o dito e se veicular a mensagem implícita, se possa sustentar a presunção de que o falante observa as máximas (podendo ser aparentemente violadas) ou ao menos o PC; se possa reconhecer que o falante está cômico ao pretender o implícito e o toma como necessário para dar consistência ao seu dizer face à observância das máximas ou pelo menos do PC; se o falante pensa que o ouvinte pode inferir o implícito e pode compreendê-lo como necessário⁸.

Uma imagem interessante que salienta muito bem a qualidade da implicatura conversacional — e imagem essa com a qual contaremos na seção seguinte — é a apresentada por Pinker (2008, p. 446-447) com o manejo do termo ‘Homem Implicatura’, em oposição ao ‘Homem Máxima’. Enquanto este respeita rigorosamente as máximas griceanas (e, por conseguinte, corre o risco de, em inúmeras situações, ‘se dar mal’ por conta de sua diretividade), o primeiro sabe com alguma perícia como insinuar implicitamente o que quer comunicar e, quando

⁷Dascal (2006), por vezes, usa os termos ‘significado’ e ‘significância’ de modo intercambiável, mas aqui reservamos o segundo só para designar o conjunto de camadas da cebola e o primeiro para se referir a cada uma das camadas.

⁸Para mais detalhes, ver Grice (1982, p. 86, 92, 93, 102, 103).

quiser, trabalhar com a ambiguidade a seu favor (e, por isso, é menos exposto a assumir responsabilidades por ele indesejadas em caso de presunções equivocadas acerca do ouvinte). Por exemplo, se o interlocutor a quem o falante de (2) — ‘Tá escuro aqui, né?’ — se dirige disser

(7) ‘Tá querendo que eu acenda a luz pra você?’, por ter reconhecido ‘q’ (2) — ‘Acenda a luz(?)’ —, o falante de (2) tem a possibilidade de negar, dizendo por exemplo:

(8) ‘Não, não. Só tô dizendo que tá escuro’.

Quanto à possibilidade de haver um ordenamento hierárquico entre os estratos da CS e ao aspecto sequencial entre eles, Dascal sugere apenas que o âmagô, a camada mais interna da cebola, seria o conteúdo proposicional da sentença; a eventual implicatura conversacional seria a parte mais externa; e as camadas intermediárias seriam ocupadas pelo menos pelas pressuposições semânticas, pela força ilocucionária e pela modalidade. Adicionalmente, fica em aberto a questão de determinar o conjunto que as camadas constituiriam⁹. Em termos do que tem posição certa no sequencial do conjunto, e supondo a presença de uma implicatura conversacional, então CS = {conteúdo proposicional implicatura conversacional}.

CS pela perspectiva do falante: uma proposta

Como vimos, Dascal concebe seu modelo de ‘cebola de significância’ (CS) considerando a perspectiva do ouvinte. Nesta seção, trazemos uma proposta de CS considerando a perspectiva do ‘falante’ (doravante, CSF), adicionalmente procurando sistematizá-la.

Vamos apresentar a estrutura da CSF e, na sequência, expor as razões que, segundo pensamos, a justificam:

Estrutura da CSF:

i. Pressuposições pragmáticas; ii. Razão da elocução; iii. Conteúdo proposicional da sentença; (iv). Informação conscientemente não intencional; (v). Componente emotivo de significado; vi. Interferência do registro conversacional; vii. Condições de felicidade do ato de fala; viii. Força perlocucionária; (ix). Implicatura conversacional; x. Modalidade; xi. Força ilocucionária; xii. Caráter nêustico da elocução.¹⁰

Na sequência acima, as camadas cuja indicação numérica está entre parênteses são contingentes, não

necessárias, que podem se estabelecer ou não na CSF relativa a qualquer ‘elocução numa conversação’. As demais são presumivelmente necessárias como componentes da estrutura da CSF. Claro que, para essa elaboração, estamos pressupondo um falante sem distúrbios neurológicos ou psíquicos mais ou menos graves, e que possa reconhecer eficientemente (que não é o mesmo que o inalcançável ‘perfeitamente’) a ‘exigência conversacional’ em jogo e a ela reaja de modo minimamente satisfatório.

A ‘exigência conversacional’ mencionada é aquela da qual trata Dascal (2006, p. 327, 331). Por definição, inaugura-se uma exigência conversacional quando, numa troca verbal estabelecida, o turno de fala (endereçada ao parceiro da conversação) de um participante se encerra. Nesse momento, demanda-se uma reação conversacional (daquele que falará) coerente — espera-se — com a exigência conversacional relativa à qual responde. As propriedades do contexto e do cotexto disponíveis aos parceiros da conversação perfazem parte substancial dos elementos constitutivos da exigência conversacional. Como Pinker (2008, p. 433) também observa, a simples iniciativa, o simples ato de iniciar uma conversa estabelece uma demanda pela atenção e pelo tempo do ouvinte. Para ilustrar isso, peguemos uma elocução de A como

(9) ‘Zé, o que achou do gol do Carlão?’

A exigência conversacional imposta ao interlocutor (B) dirá respeito a este destinar atenção ao que foi dito, tempo para responder à pergunta e fazê-lo segundo o contexto (a situação pragmática de conversação) e o cotexto (ter em conta a forma de (9)). Portanto, uma elocução de B como

(10) ‘Vai chover hoje’,

excetuando a possibilidade de ser caso de indiretividade, não obedece à exigência conversacional inaugurada por (9), exigência que precisa de uma reação coerente tal como

(11) ‘Achei que foi o mais bonito da partida até agora’ ilustra.

Voltando à estrutura da CSF, note-se que não há uma camada para as pressuposições semânticas, prevista no modelo de CS concernente à perspectiva do ouvinte. Em contrapartida, aparece a indicação da camada fundamental relativa às ‘pressuposições pragmáticas’.

Baseados nas exposições de Portner (2005), entendemos que as pressuposições pragmáticas perfazem uma ‘instância’ que antecede qualquer elocução num contexto de conversação, corrente ou inicial, uma instância que se coloca como sede de condições de admissão de certas sentenças, e não outras, na troca verbal. Sem a existência dessa

⁹Além das referências acerca da CS a que remetemos, o leitor poderá ver também Dascal (2006, p. 9).

¹⁰Por convenção, uma notação dessa estrutura poderia ser: CS = {Ss*, r, p, [-int], [e], reg, C, Fp, [q], m, Fi, N(e)}. Adicionalmente, é de se dizer que a nossa proposta não se deparou com a necessidade de supor subdivisões de camadas, ou seja, subcamadas.

instância, a elocução (a minimamente coerente com a situação comunicativa) não pode ser possível; daí a dedução de a elocução (a minimamente coerente com a situação comunicativa) ser necessariamente dependente dessa instância. Por consequência, as pressuposições pragmáticas são implícitas e/ou explicitamente¹¹ ‘pressupostas’ (sob algum grau de irreflexão) inicialmente numa conversação, o que não significa dizer que sua realidade no particular das proposições presumidas que elas implicam deixará de mudar com o movimento da conversação corrente. Seja uma elocução como:

(12) ‘O Carlão vai apitar o fim do jogo’.

Entendamos (12) no contexto em que (9) e (11) — esta como resposta a (9), adicionando que se trata de um jogo de futebol oficial — teriam sido enunciadas. No âmbito das pressuposições pragmáticas relativas à situação de conversação, (12) não pode ser admitida, porquanto Carlão não pode ser árbitro e jogador numa mesma partida de futebol, pelo menos quando partida oficial, mesmo que Carlão sabidamente seja uma pessoa que tanto joga, quanto arbitra. Vê-se que é a atualização da situação que define ou seleciona as pressuposições pragmáticas com as quais uma conversação terá relação.

Já (13) é uma elocução que pode estar observando as condições de admissão sentencial relativas ao cenário em tela:

(13) ‘Pelo jeito, Carlão não fará mais nenhum gol’, enunciada, por exemplo, por um torcedor a outro, querendo deixar transparecer a insatisfação com o placar do momento, e nada havendo na situação que torne (13) controversa ou suscetível de não ser admitida numa conversação em tal contexto¹².

É importante notar que a pressuposição pragmática se difere da pressuposição semântica, por conta do fato de que a primeira é anterior à elocução, e a segunda depende da realização da elocução (sobre pressuposição semântica, veja seção ‘Noções teóricas...’).

Acrescente-se que outros fatores podem estar em jogo na instância de condições de admissão sentencial. Conhecimento prévio do falante, conhecimento partilhado, suposição de saber do ouvinte por parte do falante são exemplos desses fatores. Para falar deste último, diga-se que o falante,

na entrada de uma conversação qualquer, supõe um saber do ouvinte. Como fator presente, um suposto saber do ouvinte presumido pelo falante pode influir no reconhecimento de quais seriam as condições particulares de admissão sentencial relativas à situação de elocução. Seja como for, o importante de ser salientado, independentemente dos fatores ligados à determinação das pressuposições pragmáticas, é que elas constituirão a base mais profunda da qual terá partido aquilo que se dará no ‘enunciado’.

Deste ponto em diante, é pertinente realizar uma distinção entre ‘elocução’ e ‘enunciado’. O primeiro se referirá ao produto da combinação entre as camadas de significado da CSF, e o termo ‘enunciado’ servirá para designar a expressão material desse produto. Portanto, vamos deixar à elocução — sem prejuízo a seus traços constitutivos básicos (natureza sentencial+informações contextuais) — o estatuto de categoria abstrata e o enunciado como seu correlato efetivo/realizado.

Agora, a razão da elocução (veja um exemplo de razão da elocução em (1b)). Presumivelmente, a razão da elocução terá como pano de fundo, ou como instância imediata de base, o conjunto das pressuposições de que falamos. Sua causação estará ou relacionada com a irrupção de um tópico conversacional, ou, antes, com alguma motivação (por sob a razão da elocução) de natureza variável, que ou se converterá no tópico conversacional (caso em que a conversação terá se estabelecido), ou não se converterá, fazendo com que um pretense início de conversação seja frustrado.

Estando a razão da elocução deflagrada — seja para ser desenvolvida, seja para ser frustrada —, um conteúdo semântico mínimo ou fundamental para a elocução (o conteúdo proposicional da sentença) é considerado. Dizemos deliberadamente ‘conteúdo semântico mínimo ou fundamental’ porque ele será objeto de transfigurações estruturais variáveis por parte das camadas subsequentes da CSF que afetarão a sua constitutividade.

Sobre o ponto da informação conscientemente nãointencional, vamos primeiro evocar Searle (2000, p. 84-85). Segundo ele, nossos estados mentais inconscientes¹³ se comportam como imagens e palavras num computador quando elas não estão na tela, mas que ficam como sinais magnéticos no disco rígido; quando ficam disponíveis na tela, estão conscientes. Nessa concepção sustentada na metáfora do computador, os estados mentais

¹¹Óbvio é que, por uma série de fatores (entre os quais o ‘conhecimento compartilhado’), essas pressuposições são tomadas mais implicitamente do que explicitamente. Caso contrário, certamente uma troca verbal qualquer tenderia a ser inviável.

¹²A possibilidade (antes aludida) de uma proposição ser alterada no curso de uma interação verbal, proposição que uma pressuposição pragmática implica, é trivial. No exemplo recém discutido, a proposição ‘Carlão está jogando’ que (13) contextualmente acarreta pode ser modificada para ‘Carlão não está jogando’ (porque foi expulso, substituído etc.).

¹³A noção de inconsciente de Searle (2000), naturalmente, não corresponde ao conceito freudiano homônimo, aludido em seção anterior. Para detalhes do primeiro, veja por exemplo Searle (2000, p. 76, 85, 86), e Freud (2006), para o segundo.

inconscientes só serão assim entendidos se puderem se converter em estados mentais conscientes. No entanto, precisamos não ignorar as evidências que as chamadas formações do inconsciente (tais como o lapso de língua de que falamos antes) implicam, cuja emergência não se dá mediante a conversão necessária sobre a qual fala Searle.

Isso dito, o ponto importante da questão a ser considerado é que os estados mentais inconscientes são, de modo geral, condição necessária para os estados mentais conscientes. Com esse delineamento, a eventual informação conscientemente não intencional, em caso de se assomar (veja um exemplo em (3)), seus elementos representativos vão se acomodar na CSF e afetar eventualmente a estruturação inicial do conteúdo proposicional, de modo eminentemente imprevisível. O critério aplicado aqui para localizar a sua camada de significado na CSF baseia-se na articulação de dois fatores: a) como a informação conscientemente não intencional a se assomar não pode ser de uma natureza totalmente randômica, ela terá de manter alguma relação, ainda que mínima, com o conteúdo semântico fundamental; b) essa parece ser a 'barreira' (do ponto de vista estrutural da CSF) que evita que a relação de anterioridade dos estados mentais inconscientes face aos estados mentais conscientes de que falamos seja absoluta.

Para o componente emotivo de significado (um exemplo é dado na seção 'Noções teóricas...'), parece que não há posição na estrutura da CSF melhor do que a que sucede imediatamente a informação conscientemente não intencional; isso porque, em alguma medida, a motivação de seu surgimento é irrefletida, como já aludimos em 'Noções teóricas...', traço que mantém em comum com a camada antecedente, embora de modo menos profundo, haja vista ser uma camada sempre fortemente em função da exigência conversacional virtual ou real em jogo.

Com a ativação do registro conversacional (veja, por exemplo, o enunciado (2) e o que dissemos a respeito dele), estamos num momento mais refletido (para o falante) do que a maioria dos anteriores (supomos que seria mais refletido do que todos os anteriores se não fosse a natureza da camada de conteúdo semântico mínimo). A interferência que ele provocará na elocução será no sentido de instaurar antecipadamente o conjunto de possibilidades lexicais em detrimento de outras, arranjos sintáticos em detrimento de outros etc., segundo a situação da elocução, e isso independentemente se há ou não monitoramento da fala por parte do falante¹⁴.

Com essas fases genealógicas (sob a figura das camadas de significado) da CSF cognitivamente vencidas, a demanda em foco é a de que tem de ser feito um cálculo estimativo das condições de felicidade — tendo em vista uma previsão por parte do falante do material mais ou menos pré-elaborado que ele enunciará — inferíveis no contexto da troca verbal (tal como indicamos atrás a propósito do enunciado (6) e do técnico que o enuncia). Esse cálculo estimativo, juntamente com a previsão que ele desencadeia, vai se constituir num fator constitutivo do material que comporá o enunciado que a elocução, por sua vez, virá a resultar. Mas, ainda antes, seria natural pensar que, feito o cálculo das condições de felicidade, o falante maquie a consequência ou o efeito que ele precisa ou pretende alcançar sobre o ouvinte quando vier o proferimento, e essa é uma elaboração que vai demandar, por seu turno, a necessidade ou não de se lançar mão da 'meticulosidade' do Homem Implicatura, no sentido de precisar ou não de apelar para um modo indireto de comunicar a mensagem pretendida (o técnico usou o Homem Máxima, enquanto o falante de (2), por exemplo, contou com o Homem Implicatura). Feita a avaliação das condições de felicidade em conjunção com a ponderação acerca do projeto da força perlocucionária, o falante está acercado dos elementos necessários para avaliar se deixará ou não de lançar mão de uma mensagem indireta para a consecução do pretendido. Naturalmente, essa avaliação incide no contexto, no ouvinte e no próprio falante, uma vez que os

[...] detalhes [do jeito indireto de falar] são tão afinados com as particularidades do falante, do ouvinte e da situação que dá para ter quase certeza de que eles personificam uma lógica oculta, em vez de ser um ritual arbitrário (PINKER, 2008, p. 427).

Adicionalmente, é presumível que seja esse o momento de se estimar o uso de estratégias de polidez em detrimento de outras, em função do nível de ameaça às aparências do ouvinte, que depende do *quantum* de imposição sobre o ouvinte, da diferença de poder entre falante e ouvinte e da distância social entre ambos¹⁵.

O falante estando de posse do produto da avaliação acerca das condições de felicidade presentes na situação conversacional, do projeto atinente à força perlocucionária e das indicações eventuais do Homem Implicatura, a consequência prevista é a de que a modalidade, isto é, a dimensão que envolve os tempos

¹⁴Sempre há ativação de algum dos registros conversacionais para uma elocução se considerarmos que os polos que os limitam são o 'informal' e o 'formal' absolutos. Daí ser irrelevante (para os nossos propósitos aqui) se está

ou não em curso um monitoramento de fala correlato a este ou aquele registro segundo esta ou aquela situação.

¹⁵Para detalhes a respeito da polidez, veja Brown e Levinson (1987).

de verbos (podendo haver destaque ao futuro do pretérito) entre em cena (veja um exemplo em (5)); os auxiliares de modalização, tais como ‘dever, poder, ser preciso; advérbios como felizmente, certamente, sem dúvida’; determinadas locuções impessoais como ‘é evidente que..., é possível que’... Nessa camada, supõem-se escolhas marcadamente deliberadas (i. e., francamente refletidas) de modalizadores para que ‘sofistiquem’ (como que recursos que contribuem mais ou menos retoricamente, segundo os interesses em jogo) e componham o (futuro) enunciado.

Mais um acréscimo de camada apontando para a ‘superfície’ ou para o acabamento genealógico da CSF é operado pela força ilocucionária no particular mais de ‘como’ se pretende dizer o dito do que ‘o que’ se diz (veja (1) e (2), por exemplo); daí sua posição na estrutura da CSF. Quanto ao caráter nêustico da elocução, o efeito de grau de compromisso que o define (veja o que foi dito em ‘Noções teóricas...’ a respeito de (1) quanto ao nêustico) está intimamente relacionado com a camada anterior, e, assim como esta, parece que só pode ser cogitado genealógicamente com a ordem da enunciação já deflagrada, mobilizando ao mesmo tempo as camadas de significado precedentes e, adicionalmente (na qualidade de coadjuvação ou enriquecimento), os componentes de natureza mais paradiscursiva (de ordem eminentemente comportamental: gestos, expressões faciais etc.), que frequentemente coocorrem na enunciação. Claro que, dependendo de como se manifesta o caráter nêustico da elocução, o projeto da força perlocucionária será ou reforçado, ou minado. E, em caso de solapamento retroativo do projeto da força perlocucionária, a consequência não parará por aí: o efeito se entenderá para a camada imediatamente anterior, isto é, para a camada das condições de satisfação do ato de fala, e isso pode fazer com que o falante pense que seu cálculo estimativo voltado às condições de felicidade fora equivocado; em todo caso, esse processo eventual se daria após o enunciado, de modo que, portanto, sua consideração foge ao escopo que nos detém nesta discussão.

Considerações finais

Vimos que, de modo ordenado e hierárquico, o produto geral da elocução (culminando no enunciado), abordado pela perspectiva do falante em relação à genealogia da significância, implica que o falante tenha saído de uma base fundamental (o conjunto de pressuposições pragmáticas preliminares); que lhe tenha ocorrido uma razão primeva da elocução; que um conteúdo semântico mínimo tenha sido ideado; que o material de natureza inconsciente, necessariamente acionado, eventualmente passe pela

‘vigilância consciente’ com representantes formais; que um componente emotivo de significado potencialmente tenha lugar; que o reconhecimento da situação de troca verbal faça com que o falante se inscreva num dos registros conversacionais disponíveis em seu repertório sociolinguístico; que um cálculo estimativo das condições de satisfação do ato de fala que virá seja deflagrado; que a maquinação relativa aos efeitos ou consequências esperados sobre o ouvinte seja perpetrada; que então uma avaliação de utilizar ou não uma mensagem indireta (e seus recursos estratégicos disponíveis) seja feita; que a dimensão da modalidade seja mobilizada para os fins das camadas precedentes (notadamente as duas anteriores); que se estipule o modo de dizer o dito; e que o efeito de compromisso com aquilo que o falante dirá seja função de principalmente componentes antecedentes (notadamente a camada das condições de felicidade e a da força perlocucionária).

Como nossa discussão sobre a cebola de significância de uma elocução pela perspectiva do falante metodologicamente prescindiu de problematizações acerca de características, aspectos e propriedades do ouvinte, não foi necessário tratar da rede difusa de fatores envolvidos na possibilidade de se ter um ato de cancelamento de uma ou mais camadas de significado e das condições sob as quais ele emerge. Por extensão, a problemática pertinente à interpretação do ouvinte e à questão do ‘significado não preferencial’ foi evitada, na medida em que nossa abordagem não implicou uma elocução definida anterior ao processo de composição da elocução (por parte) do falante. Como a inclusão da problemática pertinente à interpretação do ouvinte não foi necessária, os fatores ligados aos ‘ruídos’ na comunicação, a mal-entendidos, a equívocos, a quiproquós etc. também não afiguraram como elementos necessários à elaboração que apresentamos. Com isso, pudemos trabalhar tendo uma identificação do ‘significado do falante’ com o ‘significado da elocução’ como pressuposto teórico. Considerando esses pontos como vantagens metodológicas — e vantagens se em contraste com os problemas metodológicos que o tratamento respeitante à perspectiva do ouvinte origina, tal como acabamos de aludir —, esse é um fato que adicionalmente favoreceu a sistematização que pudemos delinear.

Pela originalidade da proposta de um modelo de cebola de significância pela perspectiva do falante, por um lado, e a sistematização que a discussão desse modelo possibilitou delinear, por outro, esperamos que os resultados deste trabalho possam contribuir para o avanço das formulações de natureza algorítmica ao lado das de qualidade heurística por parte dos estudos que se reúnem no território da pragmática.

Referências

- AUSTIN, J. **How to do things with words** [1962]. In: URMSON, J.; SBISÀ, M. (Ed.). Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness: some universals in language use** [1978]. New York: Cambridge University Press, 1987.
- DASCAL, M. À guisa de introdução. In: DASCAL, M. (Ed.). **Interpretação e compreensão** [1999]. São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 5-16.
- DASCAL, M. Como funciona um conectivo? – entre semântica e pragmática: os dois tipos de ‘mas’ – ‘aval’ e ‘ela’ [1977]. In: DASCAL, M. (Ed.). **Interpretação e compreensão** [1999]. São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 138-170.
- DASCAL, M. Compreendendo as digressões: um estudo sobre a coerência conversacional. In: DASCAL, M. (Ed.). **Interpretação e compreensão** [1999]. São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 235-264.
- DASCAL, M. Compreendendo chistes e sonhos: sociopragmática versus psicopragmática. [1985]. In: DASCAL, M. (Ed.). **Interpretação e compreensão** [1999]. São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 382-400.
- DASCAL, M. Compreendendo os mal-entendidos: um estudo sobre a coerência conversacional [1981-99]. In: DASCAL, M. (Ed.). **Interpretação e compreensão** [1999]. São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 314-341.
- DASCAL, M. Pragmática e intenções comunicativas. In: DASCAL, M. (Ed.). **Interpretação e compreensão** [1999]. São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 27-53.
- FREUD, S. Inconsciente [1915]. In: FREUD, S. (Ed.). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Ed. Standard Brasileira, Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIV, p. 171-209.
- FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Ed. Standard Brasileira; Imago, [1901]1996. v. VI.
- HARE, R. M. Meaning and speech acts. In: **Practical inferences**. London: MacMillan Press, 1971. p. 74-93.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação [1975]. In: DASCAL, M. (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. Campinas: Unicamp, 1982. v. IV, p. 81-103.
- KEMPSON, R. M. A lógica da linguagem natural. In: KEMPSON, R. M. (Ed.). **Teoria semântica** [1977]. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 140-157.
- PINKER, S. Os jogos que as pessoas fazem. In: PINKER, S. (Ed.). **Do que é feito o pensamento humano: a língua como janela para a natureza humana** [2007]. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 425-480.
- PORTNER, P. H. The pragmatics of what's given. In: PORTNER, P. H. (Ed.). **What is meaning? - fundamentals of formal semantics**. Malden: Blackwell, 2005. p. 176-198.
- SEARLE, J. R. **Mente, linguagem e sociedade: filosofia no mundo real**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Received on December 13, 2011.

Accepted on February 18, 2013.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.